
RESUMO DE ATIVIDADES 2018



O primeiro quadrimestre de 2018 foi marcado pela acelerada atuação da Associação, desde o início do ano, em reuniões e Audiências Públicas nas Agências ANTT e ANTAQ, além do MTPA - Ministério do Transporte, Portos e Aviação Civil, MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e TCU – Tribunal de Contas da União sobre temas diversos da logística nacional. Participou, também de um grande workshop promovido pelo BNDES sobre transporte e deu sequência na sua constante presença nas reuniões do Fórum do Transporte Rodoviário do MTPA e do Comitê de Logística do MAPA.

Realizou em 13 de março sua 1ª Assembleia Geral onde foi ratificado o Programa de Atividades do ano, inicialmente delineado na última Assembleia de 2017 para a busca de soluções das demandas logísticas dos associados, mantida a diretriz de “fazer acontecer o bom” e “evitar acontecer o ruim”.

No mesmo encontro foi tomada a diretriz da ANUT buscar novas alternativas na prestação de serviços aos associados, a exemplo do transporte colaborativo. Em adição, foi definida a intensificação das atividades dos GT - Grupos de Trabalho internos dos diversos modais.

Seguindo esta linha, até meados de maio, foram realizadas rodadas de reuniões dos GT, onde foram traçadas diretrizes e construídas inúmeras proposições principalmente para o transporte rodoviário e ferroviário.

No rodoviário, entre outros, foram definidas e encaminhadas ao Governo: i) as posições a serem defendidas no PL 4860 /2016 que trata do novo marco regulatório do segmento; ii) combate ao PL 528 que já propunha o tabelamento do frete; iii) posições sobre temas correntes, a exemplo do DTe – Documento Eletrônico de Transporte, multas por excesso de peso e seguros. Ainda no rodoviário, foram feitos avanços internos na construção da modelagem para o funcionamento do transporte colaborativo.

Nas ferrovias o tema dominante foi manter o posicionamento frente as novas concessões e prorrogações antecipadas dos contratos da RUMO Malha Paulista e das ferrovias da VALE/VLI, que se resume na interligação das malhas via direito de passagem e de cessão de parte da capacidade da via para terceiros. Estas demandas foram intensificadas junto ao Governo, via MTPA e Secretaria do PPI – Programa de Parceria de Investimento da Presidência, junto a ANTT e ao TCU e PGR - Procuradoria Geral da República. Ainda no modal foram elaboradas propostas de revisão das operações acessórias e do usuário dependente.

Em 22 de maio explodiu a “greve dos caminhoneiros”, que teve como estopim a instabilidade do custo do diesel e teve a força de literalmente paralisar o abastecimento de bens e a maioria das atividades produtivas do País.

Neste cenário a ANUT se viu compelida, desde a primeira hora, a fazer intensa concentração de esforços e movimentos de articulação com todos os atores envolvidos do Governo, ANTT, Congresso, Confederações e Entidades Setoriais Aliadas. Cabe aqui destacar a forte mobilização dos associados que interagindo nas redes, participando de incontáveis reuniões presenciais e virtuais, bem como acionando seus relacionamentos institucionais, muito colaboraram com a Associação.

Acontece que o Governo ficou refém do movimento e os autônomos aproveitando o fato exigiram e obtiveram a Medida Provisória 832 em 27 de maio, instituindo o piso mínimo do transporte, que era antigo pleito da categoria. Num processo de roldão de rápida tramitação no Congresso, a MP se converteu na Lei 13.703, em 09 de agosto.

No andar dos acontecimentos, que absorveram a maior parte da sua força de trabalho no ano, a ANUT teve papel relevante na manutenção da posição e atuação contrária ao tabelamento, destacando: i) ação judicial de “amicus curiae” às Ações de Inconstitucionalidade impetradas no STF pela CNI e CNA contra a Lei, bem como participando de Audiência Pública promovida pelo Ministro Fux, que até o final do ano não decidiu o mérito e ainda sustou o andamento de processos em instâncias inferiores; ii) na tramitação da MP participando de inúmeras reuniões no Congresso visando estancá-la ou mesmo abrandá-la; iii) no âmbito da ANTT fazendo forte pressão questionando a aplicabilidade da Tabela instituída pela Resolução 5.820 de 30/05. Também enviou contribuições, embasadas na contratação de consultoria especializada para a Audiência Pública voltada para a feitura de uma nova tabela mais consistente. Ainda no órgão formalizou posição crítica na Audiência Pública que redundou na Resolução 5.833 de 08/11, com penalidades no descumprimento da tabela; iv) inconformada com o tabelamento e as punições, a entidade contratou escritório de advocacia que ingressou, no final de novembro, com duas Ações Cíveis Públicas contra as Resoluções 5.820 e 5.833.

Cabe mencionar que, durante todo este processo até o final do ano, a ANUT manteve continuado contato com a mídia que muito noticiou as posições defendidas de livre mercado e mazelas provocadas pelo tabelamento.

Mesmo com toda a atribulação e incertezas no transporte rodoviário, a Associação se manteve atuante em outras frentes.

Cabe aqui destacar sua intensa participação em quatro Reuniões Presenciais e a elaboração de documentos com argumentações detalhadas dos pleitos defendidos pela entidade, como contribuições às Audiências Públicas da ANUT de setembro, relativas as prorrogações antecipadas dos contratos das EFC e EFVM da VALE, que inclui a construção de parte da FICO – trecho Água Boa / MT a Campinorte / GO, por recomendação governamental. Nas suas contribuições a ANUT defendeu, como contrapartida ao valor de outorga, a construção pela VALE da EF 118 – Rio / RJ a Vitória / ES. Ainda na ferrovia, participou da Reunião da Audiência Pública voltada para a concessão da FIOLE – Ferrovia Oeste Leste da Caetité a Ilhéus na Bahia. Ao final do ano acompanhou o anúncio da aprovação do Edital de Concessão do Tramo Sul da EF Norte Sul, com leilão previsto para o final de março de 2019.

Na área portuária a ANUT acompanhou a agenda regulatória da ANTAQ. Como destaque tivemos uma boa evolução da questão da TUIP – Taxa de Utilização de Instalações Portuárias cobrada em valor exorbitante pela VALE em Praia Mole, afetando associados da siderurgia.

Na área de planejamento a Associação acompanhou a evolução do PNLI – Plano Nacional de Logística Integrada em elaboração pela EPL, agora com cenário até 2030. Na infraestrutura como um todo, esteve atenta as iniciativas do PPI / Programas Avançar e Crescer, que pouco avançaram.

Graças ao reconhecido trabalho da entidade no ano, que manteve seu status de entidade mais representativa dos usuários do transporte de carga, nove importantes grupos empresariais ingressaram na entidade em 2018.

Cabe ressaltar que em 2018 a ANUT atingiu um novo patamar de integração entre os representantes que participaram ativamente das quatro Reuniões Plenárias, das Reuniões Técnicas e Jurídicas. Ainda com destaque foram incansáveis na troca de informações e opiniões no grupo do WhatsApp.

Ainda na Imagem e Divulgação da ANUT, o Site, foi constantemente atualizado, postando notícias relevantes. Na mídia em geral, a ANUT manteve sua presença em jornais e revistas de grande circulação no País.